

LUCIANO BIVAR

Deputado Federal
PSL/PE

CARTILHA DO IMPOSTO ÚNICO FEDERAL



“Minha posição sobre o assunto sempre foi clara. Considero que o Imposto Único é o mais moderno e econômico instrumento de arrecadação”

Roberto Campos

BRASÍLIA - 2018

DEPUTADO FEDERAL
LUCIANO BIVAR
PSL/PE

CARTILHA DO
IMPOSTO ÚNICO FEDERAL

BRASÍLIA - 2018

SUMÁRIO

Nota Explicativa	05
O Brasil precisa de um novo Sistema de Impostos	09
A excessiva carga tributária brasileira	11
A sonegação virou regra	17
Brasil é recordista na carga tributária sobre salários	21
A solução é o Imposto Único Federal - IUF.....	23
Como funciona o IUF	25
Implementação do IUF	26
As vantagens do Imposto Único Federal - IUF	28
A improcedência das críticas ao Imposto Único Federal - IUF	29
Impactos do IUF na economia	33
Impacto setorial do IUF	34
Bases para um entendimento nacional	39
A campanha nacional pelo Imposto Único Federal	40
Proposta de Emenda à Constituição nº 474 de 2001	41

NOTA EXPLICATIVA

O que leva um homem a continuar lutando por seus objetivos, depois de dedicar a vida inteira a idealizar e executar projetos de toda sorte, mesmo que isso signifique desgaste e perdas pessoais irreparáveis? Essa é a sensação que sinto, depois de muitos anos, ao me entregar a projetos empresariais, exclusivamente com meu próprio esforço, sem protecionismo de nenhuma natureza, sem incentivos fiscais ou quaisquer benesses estatais. Isso significa exposição total ao risco, consequência inerente a todo investimento. Diferentemente de outros, jamais me abriguei sob a bandeira do dinheiro fácil, de vantagens obtidas nos escaninhos do poder ou da maledicência.

Defensor da livre iniciativa tenho sofrido na pele, como tantos outros brasileiros, a insaciável mão pesada dos governos, máquinas voltadas unicamente para a arrecadação de tributos. Somente a crença no trabalho e a graça de Deus me têm permitido enfrentar essa verdadeira volúpia governamental, sofrendo prejuízos de toda a sorte. Apesar disso, pude levar à frente inúmeros empreendimentos, lutando contra incompreensões, ges-

tos e atitudes gratuitas e, sobretudo, no que respeita à extorsiva carga tributária. Assim, os riscos pessoais e financeiros foram costumeiramente ampliados, porque cobrar tributos, neste País, é a prioridade máxima de todos os que se assenhoram do poder, mesmo que isso fragilize ou até destrua a própria estrutura em que se apoia a economia, as empresas e as famílias.

Na Câmara dos Deputados tenho dedicado grande parte do meu tempo a condenar o atual sistema tributário brasileiro insano e poderoso instrumento das desigualdades regionais e pessoais em nosso País. Em novembro de 2017, junto com o apoio de mais de 215 parlamentares, entre senadores e deputados, criamos a Frente Parlamentar Mista do Imposto Único Federal, que irá realizar estudos com vistas à implantação do referido imposto em nosso País.

O Imposto Único Federal é, assim, um dos projetos a que me dedico com empenho e absoluta prioridade, ao lado de muitas outras iniciativas, sempre com a mesma intensidade e crença nas ideias que professo.

O mandato de deputado federal, que cumpro, é meio e fim das lutas que empreendo. Comprometido com a verdade e certo de que tudo acontece segundo a lei natural das coisas, meu objetivo é a construção de uma Nação mais justa para as próximas

gerações e que seja herdada, com orgulho, pelos nossos filhos. Um Brasil, onde a igualdade de oportunidades prevaleça e, nela, o talento, a honestidade e o trabalho premiem todos os homens de bem.

Luciano Bivar

Deputado Federal (PSL-PE)

O BRASIL PRECISA DE UM NOVO SISTEMA DE IMPOSTOS

“O Imposto Único não é, ao contrário do que diz a sabedoria tradicional dos fiscalistas, ingênua ou inexecutável. É apenas uma idéia insolentemente nova, cujo tempo chegou”

Roberto Campos

A sociedade brasileira mostra sinais de profunda insatisfação com o seu sistema tributário. A atual estrutura de impostos no Brasil é uma das mais complexas do mundo, tendo chegado a um estágio avançado de deterioração, irracionalidade, ineficiência e iniquidade.

O sistema tributário brasileiro, o pior do mundo de acordo com classificação do Fórum Econômico Mundial, é o que exige mais tempo das empresas em todo o planeta no preparo e pagamento de impostos e contribuições, algo que compromete de modo severo a competitividade da produção nacional. Dados do Banco Mundial revelam que uma firma no Brasil gasta por ano 2038 horas com essas atividades. O segundo país no ranking é a Bolívia, que exige 1025 horas, e o terceiro a Nigéria, com 908

horas. Na tabela 1 são apresentadas economias e regiões selecionadas.

Tabela 1 - Tempo gasto pelas empresas no preparo e pagamento de tributos em regiões e países selecionados (2016)

Posição ¹	Países/Regiões	Horas/Ano
1º	Brasil	2038
2º	Bolívia	1025
3º	Nigéria	908
4º	Líbia	889
25º	América Latina e Caribe 2	375
27º	Argentina	359
55º	Chile	291
58º	México	286
87º	China	259
91º	Média Mundial	251
118º	Alemanha	218
133º	África do Sul	203
172º	Rússia	168
164º	União Europeia	176
166º	Estados Unidos	175
234º	Emirados Árabes	12

Fonte: Banco Mundial

1-Total de 234 países.

2-Exclui países de alta renda.

No burocrático sistema tributário brasileiro impressiona a quantidades de regras que tratam do assunto e a velocidade com que elas proliferam. De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), desde a Constituição de 1988 até setembro de 2016 foram editadas 363.779 normas sobre tributos no país. No âmbito federal foram 31.221, nos estados 110.610 e nos municípios 221.948. São números que mudam a todo instante, uma vez que em média surgem 45 novas regras por dia útil nos três níveis de governo. Até os mais experientes tributaristas têm dificuldade para saber o que está valendo em matéria tributária na esfera doméstica. Na data em que o estudo foi apresentado versavam sobre tributos no Brasil 284.222 artigos, 662.238 parágrafos, 2.117.456 incisos e 278.538 alíneas.

A EXCESSIVA CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

Essa parafernália tributária tem contribuído decisivamente para o crescimento da carga tributária brasileira. A tabela 2 dá uma mostra do que vem ocorrendo com relação ao peso dos impostos sobre o PIB e o ônus *per capita* no país.

Tabela 2 - Evolução da carga tributária brasileira global e *per capita*

Ano	Carga tributária (% do PIB) ¹	Carga tributária per capita (R\$)
1994	29,46%	675,25
1995	29,76%	1.244,65
1996	28,97%	1.436,63
1997	29,03%	1.579,22
1998	29,74%	1.663,89
1999	31,74%	1.853,98
2000	32,55%	2.110,81
2001	34,01%	2.363,83
2002	31,86%	2.694,48
2003	31,43%	3.021,13
2004	32,23%	3.504,68
2005	33,63%	4.051,42
2006	33,31%	4.408,60
2007	33,66%	4.976,68
2008	33,53%	5.602,88
2009	32,27%	5.708,69
2010	32,44%	6.607,89
2011	33,39%	7.581,63
2012	32,70%	8.083,35
2013	32,67%	8.640,99
2014	32,42%	9.091,47
2015	32,66%	9.431,07

1 - Fonte: Secretaria da Receita Federal (Vários relatórios).

Há teses defendendo que a carga de impostos em relação ao PIB no Brasil pode, e deve ser mais alta, uma vez que vários países registram proporções mais elevadas que a nossa. No entanto, esta afirmação não faz sentido se feita isoladamente, já que a avaliação da carga tributária de um país só pode ser feita em função do nível de renda per capita e do padrão de desenvolvimento do país.

A tabela 3 deixa claro que o governo brasileiro impõe uma carga tributária absolutamente incompatível com o nível de renda per capita da população. Países com carga tributária próxima, ou superior, a 30% do PIB, via de regra possuem renda per capita de pelo menos US\$ 30 mil/ano. Vale ressaltar que o Japão, que tem renda de cerca de 11 vezes a renda brasileira, extrai 25,8% do PIB sob a forma de tributos e os Estados Unidos, cuja renda é mais de 12 vezes a do Brasil, impõe um ônus tributário de 24,8% do PIB. Economias como a chilena, russa e chinesa, com renda per capita abaixo de US\$ 6 mil/ano subtraem sob a forma de tributos menos de 20% do PIB.

O Brasil é claramente um caso extravagante de supertributação.

Tabela 4 - Peso dos impostos no preço ao consumidor no Brasil

Produto	Parcela de tributos no preço ao consumidor
Almoço em restaurante	32%
Bicicleta	46%
Bolsa de couro	42%
Caderno universitário	35%
Calça jeans	39%
Camisa	35%
Casa popular	48%
Cimento	30%
Conta de água	24%
Conta de energia	48%
Conta de telefone	46%
Gás de cozinha	34%
Juros bancários	26%
Óculos	45%
Refrigerantes - Lata	46%
Veículo 1.0	38%
Veículo 2.0	41%

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP)

A SONEGAÇÃO VIROU REGRA

Como defesa frente a esta abusiva carga de impostos, o contribuinte vê na sonegação de impostos um artifício para sobreviver. A sonegação é hoje a mais perversa característica do sistema tributário no Brasil.

Em 1999 o ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, depôs na CPI do Sistema Financeiro e fez uma afirmação que causou grande celeuma junto à opinião pública. O país foi informado oficialmente que a sonegação, a evasão e a elisão de impostos em larga escala são práticas comuns.

Segundo seu depoimento, R\$ 825 bilhões, quase o valor de um PIB anual daquela época, passava por entre os dedos do fisco sem que, diretamente, um tostão ficasse em suas malhas; das 530 maiores empresas no Brasil, metade não pagava imposto de renda; e 42% dos 66 maiores bancos também haviam conseguido a mesma façanha.

A sonegação, portanto, é hoje um tumor a ser extirpado do sistema tributário nacional. A predominância dessa anomalia causa injustiças tributárias profundas na economia nacional. Tempos atrás a Receita Federal cruzou informações sobre a mo-

vimentação financeira de declarantes do Imposto de Renda. Dados mostraram que bilhões de reais circulavam livremente na economia brasileira sem serem alcançados pelo Imposto de Renda.

Em agosto de 2001 a Receita Federal divulgou a conclusão de 341 processos contra contribuintes que sonegaram impostos em 1998. Esses contribuintes foram autuados em R\$ 81,5 milhões. Entre eles, 210 são pessoas físicas, que sonegaram R\$ 6,5 milhões, e outros 131 são pessoas jurídicas cujas autuações somam R\$ 75 milhões. Essas ações da Receita Federal foram resultantes do cruzamento entre a movimentação bancária dos contribuintes (por meio da CPMF) e as declarações de renda de 1998.

No ano de 1999, os cruzamentos revelaram contribuintes que se declararam isentos, omissos, inativos e empresas cadastradas no Simples, mas que movimentaram valor equivalente a cerca de metade do PIB brasileiro. Vale notar que 559.161 pessoas movimentaram R\$ 116,9 bilhões, uma média mensal de R\$ 17,4 mil, ao mesmo tempo em que “se declararam” não-contribuintes do Imposto de Renda.

Os dados resumidos na tabela 5, revelaram ainda que apenas 254 pessoas físicas e jurídicas transacionaram, o assom-

broso montante de R\$ 164,1 bilhões sem serem alcançados pelo Imposto de Renda. Em média esses indivíduos movimentaram R\$ 54 milhões por mês, declarando-se isentos, inativos, declarantes do Simples ou sendo simplesmente omissos. Nem CPF esses milionários possuem.

Tabela 5 - Contribuintes isentos, inativos ou omissos e empresas optantes pelo Simples. Cruzamento entre declaração de Imposto de Renda e movimentação financeira

Movimentação financeira mensal em R\$ mil	Número de pessoas físicas e jurídicas analisadas pelo Fisco	SONEGAÇÃO ESTIMADA		
		Número de pessoas físicas e jurídicas suspeitas de sonegação	Movimentação financeira mensal em R\$ milhões	Rendimentos mensais não declarados em R\$ milhões
Até 8,3	29.402.542	-	-	-
De 8,3 até 41,7	559.161	424.435	6,478	2,556
De 41,7 até 83,3	51.065	51.065	2,889	1,156
De 83,3 até 833,3	33.991	33.991	8,405	4,202
De 833,3 até 8.333,33	2.372	2.372	7,345	6,678
Mais de 8.333,33	254	254	13,678	13,678
Total	30.049.385	512.117	38,795	28,270

O trabalho concluiu que 512.117 pessoas físicas e jurídicas efetuaram, durante 1999, movimentação financeira incompatível com a legislação do Imposto de Renda no montante total de R\$ 465 bilhões, ou R\$ 38,7 bilhões por mês. Tal movimentação financeira deixou implícito naquele ano a existência de rendimentos não declarados estimados em R\$ 339,2 bilhões, ou R\$

28,2 bilhões por mês, ou seja, cerca de 25% do PIB passaram ao largo do fisco brasileiro.

Recentemente o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz) estimou que R\$ 443,9 bilhões deixaram de entrar nos cofres públicos em 2014 por conta da sonegação. O valor é equivalente a 8,6% do PIB brasileiro e a 23,6% da arrecadação total de R\$ 1,9 trilhão. De acordo com a entidade, os tributos mais sonegados foram: ICMS (R\$ 110 bilhões), Contribuições Previdenciárias (R\$ 104 bilhões), Imposto de Renda (R\$ 85 bilhões), Cofins (R\$ 43 bilhões) e FGTS (R\$ 29 bilhões). O Sindicato revela ainda que em relação a 2013 o total da perda de receita cresceu R\$ 23,4 bilhões e que se não fosse essa evasão a carga tributária poderia ser 30% menor.

O padrão de incidência tributária atual sobre a produção é tão caótico, imprevisível, devastador, a ponto de poder quebrar uma empresa eficiente, que paga seus impostos, e de fazer sobreviver uma concorrente ineficiente, que sonega e saqueia seus competidores no mercado.

Ademais, a sonegação gera uma inevitável consequência, a corrupção. A evasão e a sonegação são aceitas com naturalidade, quando não admiradas como evidência de coragem e ousadia empresariais. A conivência entre sonegadores e fiscais

corruptos vem causando forte deterioração dos padrões éticos e morais da sociedade brasileira.

BRASIL É RECORDISTA NA CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE SALÁRIOS

A forte sonegação de impostos e a necessidade de crescente arrecadação pública fizeram do assalariado o sujeito passivo tributário mais fortemente onerado. Impossibilitado de apelar para a sonegação e a evasão, o assalariado com carteira assinada passou a sofrer forte tributação na fonte. Além dos encargos tributários incidentes sobre os salários, o governo ainda sobrecarregou o empregador com imposições fiscais e previdenciárias extremamente elevadas.

Os salários no Brasil, que representam cerca de um terço do PIB, são responsáveis, direta e indiretamente, por cerca de 80% da arrecadação de impostos no país. Isso vem sob a forma de Imposto de Renda, contribuições previdenciárias de empregados e empregadores, FGTS e os tributos sobre bens e serviços. Isto dá uma clara indicação de como, para compensar a perda de arrecadação gerada pela sonegação das empresas e dos autônomos, o governo transfere a carga tributária para os seg-

mentos que têm mais dificuldade em sonegar, como o trabalho assalariado. Segundo dados da Arthur Andersen, o contribuinte brasileiro do Imposto de Renda pessoa física é onerado equivalente ao dobro que o contribuinte norte-americano, quatro vezes o japonês e quinze vezes o argentino.

Além de estimular a economia informal, este fato é responsável pelas altas taxas de desemprego vigentes na economia brasileira. O alto custo de contratação e manutenção de funcionários é uma das principais causas do crescimento da economia informal. Metade dos trabalhadores brasileiros não tem carteira assinada, fenômeno este que barateia os custos para as empresas e desonera os salários recebidos pelos empregados, que em muitos casos não declaram esses rendimentos.

A SOLUÇÃO É O IMPOSTO ÚNICO FEDERAL - IUF

Infelizmente, a sociedade brasileira ainda não conseguiu fazer a necessária Reforma Tributária.

Na Câmara dos Deputados, a Comissão de Reforma Tributária apresentou no final dos anos 90 uma proposta que, no dizer do saudoso Roberto Campos foi apenas uma “tentativa de aperfeiçoar o obsoleto”. Trata-se da criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), um projeto inviável que ainda hoje vem sendo apresentado por grupos ortodoxos como uma alternativa para o Brasil.

Há uma frustração geral quando se vê que a proposta de reforma apresentada nos últimos anos foi apenas uma tímida e convencional tentativa de alteração em alguns problemas pontuais no sistema tributário brasileiro. O projeto não foi capaz de empolgar a opinião pública, e nem de avançar na urgente necessidade de simplificação e de universalização do sistema de arrecadação de impostos no Brasil.

O movimento pelo Imposto Único Federal - IUF - busca saldar esta dívida do governo com a sociedade brasileira. Visa implantar no Brasil uma nova e revolucionária sistemática tribu-

tária.

Primeiramente, busca-se sua implementação apenas a nível federal. A proposta prevê inicialmente a substituição de diversos tributos arrecadatários de competência da União por apenas um imposto que incidirá sobre as transações bancárias.

Num segundo momento a proposta prevê a realização de plebiscitos em todo o país para que os Estados e municípios interessados possam optar pela adesão a essa inovadora formatação tributária.

O IUF representa um sistema fiscal-tributário inovador e revolucionário que irá proporcionar uma extrema simplificação na estrutura de impostos no Brasil. Sua implementação acarretará acentuada queda nos custos de arrecadação de impostos para o poder público e para os agentes privados. A sonegação, a evasão e a corrupção serão reduzidas significativamente, tornando o sistema mais justo e mais eficiente.

COMO FUNCIONA O IUF

A ideia do IUF é simples: sobre as transações efetuadas no sistema bancário incidirá uma alíquota de 2,291% sobre cada débito e crédito. Os tributos arrecadatários federais serão todos extintos (IRPF, IRPJ, CSLL, IPI, Cofins, contribuições previdenciárias ao INSS, IOF, ITR e outros). Permanecerão apenas o IUF, os impostos de natureza extrafiscal (instrumento de regulação de política econômica, como os impostos sobre comércio exterior), as taxas pela prestação de serviços, os tributos que se caracterizam como poupança do trabalhador (FGTS e PIS) e as contribuições previdenciárias individuais.

A partilha da receita entre os níveis de governo não sofrerá alteração de critérios, e a distribuição ocorrerá de modo automático, através de softwares desenvolvidos especificamente para esse fim.

No mercado financeiro e de capitais a tributação seria diferida, evitando-se a tributação sobre o giro financeiro. O montante do principal das aplicações será imune ao IUF enquanto permanecer no circuito financeiro.

O IUF irá redistribuir a carga tributária com maior justiça

social, aliviando a excessiva incidência sobre os assalariados, sobre a classe média e sobre as empresas organizadas, que hoje arcam com uma abusiva carga de impostos no Brasil.

IMPLEMENTAÇÃO DO IUF

A meta do IUF é garantir a mesma arrecadação dos tributos a serem substituídos. Na tabela 6 é apresentado a arrecadação dos principais tributos federais e as alíquotas para substituir cada um deles. A simulação mostra que uma alíquota de 2,291% no débito e no crédito de cada lançamento bancário seria suficiente para gerar uma receita igual aos tributos a serem eliminados, isto é, R\$ 956,8 bilhões. O montante deriva do relatório Carga Tributária no Brasil divulgado pela Secretaria da Receita Federal em 2016 referente à arrecadação de 2015.

O cálculo da alíquota final do IUF toma por referência a arrecadação da extinta CPMF, cuja base estimada para 2015 é de R\$ 21 trilhões.

Tabela 6 - Arrecadação dos tributos federal e alíquota do IUF

TRIBUTOS	RECEITA 2015 R\$ MI	% PIB	IUF SOBRE DÉBITO E CRÉDITO
Imposto de Renda - Pessoa Física	27.198,66	0,46%	0,065%
IR Retido na Fonte - Trabalho União	75.811,69	1,28%	0,181%
IR Retido na Fonte - Estados	33.201,73	0,56%	0,079%
IR Retido na Fonte - Municípios	12.582,73	0,21%	0,030%
Contribuição sobre Concursos e Prognósticos	5.422,13	0,09%	0,013%
IRPJ - Lucro real	70.686,80	1,20%	0,169%
IRPJ - lucro presumido	30.396,84	0,51%	0,073%
CSLL - Lucro real	39.205,19	0,66%	0,094%
CSLL - Lucro presumido	16.430,20	0,28%	0,039%
IR Retido na Fonte - Não residentes	24.669,10	0,42%	0,059%
IR Retido na Fonte - Outros	9.835,53	0,17%	0,024%
ITR	1.104,97	0,02%	0,003%
Contribuição para INSS - Patronal	180.951,26	3,06%	0,433%
Contribuição sobre Produção Rural	3.814,40	0,06%	0,009%
Contribuição INSS sobre Faturamento	18.196,73	0,31%	0,044%
Contribuição Entidades Filantrópicas	3.259,14	0,06%	0,008%
Previdência Federal - Parcela governo	17.415,01	0,29%	0,042%
Salário Educação	19.038,91	0,32%	0,046%
Sistema S	18.153,27	0,31%	0,043%
PIS folha de pagamentos	848,25	0,01%	0,002%
Pasep	9.958,30	0,17%	0,024%
Outros sobre folha de pagamentos	5.225,13	0,09%	0,013%
IPI - exceto seletivo	34.949,81	0,59%	0,084%
IPI - automóveis	4.366,58	0,07%	0,010%
IPI - bebidas	2.599,17	0,04%	0,006%
IPI - tabaco	5.692,18	0,10%	0,014%
Cide - combustíveis	3.271,18	0,06%	0,008%
Cide - remessas	2.983,43	0,05%	0,007%
IOF	34.681,05	0,59%	0,083%
Cofins não cumulativo	133.170,31	2,26%	0,319%
Cofins cumulativo	57.122,74	0,97%	0,137%
Outros tributos sobre comercialização de bens e serviços	3.116,76	0,05%	0,007%
Simplex	51.425,81	0,87%	0,123%
Total	956.784,99	16,20%	2,291%

Fonte: Relatório Carga Tributária no Brasil - 2015 publicado pela Secretaria da Receita Federal.

Cabe lembrar que a proposta do IUF é substituir tributos arrecadatários. Seriam eliminados tributos que representam cerca de 50% da arrecadação global do país. Obrigações extrafiscais como o FGTS, o PIS, tributos sobre o comércio exterior, a seguridade do servidor público e a contribuição social do empregado, permanecerão inalterados.

AS VANTAGENS DO IMPOSTO ÚNICO FEDERAL - IUF?

As principais vantagens do IUF são:

- Redução da carga tributária individual;
- Simplificação do atual sistema tributário;
- Redução dos custos:
 - da União e da Previdência, com o enxugamento de suas máquinas arrecadadoras (fiscais), e
 - das empresas com a inexigibilidade de escrituração fiscal, ações judiciais e dispensa de atividades de planejamento e assessoria tributária;
- Maior produtividade e lucro das empresas;
- Aumentos de salários reais e nominais;
- Redução do “custo Brasil”;

- Universalidade – ninguém sonegaria, nem estaria isento do imposto;
- Transparência e impessoalidade;
- Equidade – tributo insonegável e proporcional aos ganhos de cada cidadão;
- Fim da corrupção.

A IMPROCEDÊNCIA DAS CRÍTICAS AO IMPOSTO ÚNICO FEDERAL - IUF

Cumulatividade (“efeito cascata”)

Os críticos da proposta afirmam que o chamado “efeito cascata” representa um grave defeito do Imposto Único Federal (IUF), e que a cumulatividade deve ser completamente abolida. Na verdade,

a) A carga tributária do IUF com alíquota de 2,291% atingiria um máximo de 14,65% (gerando arrecadação de R\$ 956,8 bilhões), ao passo que apenas com o IPI, INSS patronal e Cofins a carga de impostos chega a 40,54% do preço final (arrecadando R\$ 348 bilhões, pouco mais de um terço do IUF); em outras palavras, o IUF arrecada mais, tributando menos;

b) O IUF implica variância de carga tributária por produto sensivelmente inferior ao sistema vigente, onde predomina a tributação sobre o valor agregado (IVA), o que invalida o mito de que tributos cumulativos introduzem variações nos preços relativos mais intensas do que os IVA's, sendo, portanto, necessariamente ruins e indesejáveis;

c) As alíquotas diferenciadas do IVA, como ocorre na prática a partir das escandalosas práticas de evasão e sonegação, implicam variância ainda maior de carga tributária setorial, distorcendo mais fortemente os preços relativos na economia do que ocorreria com o IUF.

Regressividade e injustiça social

O atual sistema tributário é extremamente injusto. Os assalariados são taxados pesadamente. Como vimos anteriormente, a carga tributária incide direta ou indiretamente majoritariamente sobre os rendimentos do trabalho. Por outro lado, os salários representaram apenas um terço do PIB nacional. Ou seja, a tributação sobre o fator trabalho é consideravelmente desproporcional à sua participação na Renda Nacional.

Enquanto o salário é altamente onerado, há setores, como

os bancos por exemplo, que são privilegiados no país, quando se trata de pagar imposto. Em 2011 o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) elaboraram um estudo mostrando que em um ano os trabalhadores pagaram apenas com o Imposto de Renda o equivalente a 9,9% de toda a arrecadação federal, enquanto que o setor bancário arcou com quatro tributos o equivalente a 4,1% da receita da União.

As pessoas de baixa renda que não possuem conta em banco não serão atingidas diretamente pelo IUF. Além disso, sabe-se que o governo poderá se utilizar de subsídios, caso deseje privilegiar um setor considerado prioritário.

Viés antifederal

A proposta do IUF é justamente a de fortalecer a Federação, ao estimular repasses automáticos para Estados e municípios. Na atual proposta do IUF, estados e municípios não perderiam sua atual competência tributária.

Desintermediação financeira (uso de moeda manual e fuga dos cheques)

O IUF não estimula a monetização da economia, pois o custo de transação com moeda manual é superior à economia

de impostos obtida. É mais seguro, e muito mais barato, continuar a utilizar os bancos do que carregar e fazer pagamentos com papel-moeda. Para evitar que isto aconteça, haverá uma sobretaxa para desestimular saques. Além disso, o projeto prevê que as transações somente terão validade jurídica quando transitarem pelo sistema bancário.

Oneração da produção

Na verdade, o IUF ocasionará uma redução de custos para o consumidor, pois o produtor se sentirá incentivado a reduzir os preços ao perceber que seus custos tributários caíram.

Exportação de Impostos

O IUF poupará o produtor de uma série de arrecadações e contribuições que ele paga hoje, como Cofins, Imposto de Renda, INSS etc, permitindo uma maior eficiência do parque industrial brasileiro e uma maior competitividade de nossos produtos. Além disso, propõe-se a total desoneração das exportações mediante cálculo de rebates fiscais calculados com o uso de matrizes insumo-produto do IBGE.

IMPACTOS DO IUF NA ECONOMIA

- No mercado de trabalho, o IUF estimularia a abertura de novas vagas e a contratação de mão-de-obra, pois a folha de salários das empresas seria desonerada;
- No mercado consumidor o IUF acarretaria queda nos preços em função da redução na carga tributária (parte do “custo-Brasil”) incidente sobre o preço final do produto; além disso, a desoneração dos salários acarretaria aumento de poder de compra dos trabalhadores;
- Nas empresas o IUF reduziria custos de produção, que estimulariam as vendas, e aumentariam os investimentos na geração de maior capacidade produtiva;
- No governo, o IUF estimularia a mudança da ênfase da fiscalização tributária (que se tornaria desnecessária para os contribuintes), para o monitoramento das ações de fiscalização sobre o próprio setor público, onde se originam os grandes escândalos, ineficiência e focos de corrupção.

IMPACTO SETORIAL DO IUF

Vale lembrar que o IUF, embora sendo um imposto em cascata, causaria menos distorções nos preços finais dos bens do que no sistema vigente, onde há predominantemente impostos tipo IVA, como o IPI e parte da Cofins.

A análise do impacto nos preços de 128 setores da economia brasileira mostrou sensível redução de carga tributária e, conseqüentemente, de preços finais dos produtos, como pode ser observado na tabela 7.

A implantação do IUF implicará enorme economia de recursos hoje gastos nas despesas administrativas das empresas. Também haverá redução da economia informal, e diminuição sensível dos custos de fiscalização e arrecadação na máquina estatal.

Cumpre ressaltar que a carga tributária do IUF nos preços dos produtos atingiria um máximo de 14,65% com a alíquota de 2,291% para substituir todos os tributos federais de natureza arrecadatória. Na tabela 7 foi feito um ajuste para comparar o IUF com o sistema vigente tendo INSS patronal, a Cofins e o IPI. Nesse caso a alíquota do IUF seria de 0,833% para obter uma

receita equivalente a esses três tributos.

A simulação mostra que um IUF com alíquota de 0,833% teria um efeito máximo de 5,52% sobre os preços contra 40,54% no modelo vigente com os três tributos. Outra informação fundamental é o desvio que cada modelo causa nos preços em relação à ausência de tributação. Nesta situação parte-se de um cenário com zero de tributo sobre os preços e ao aplicarmos o IUF há um desvio em relação a situação inicial de 0,96% nos preços, enquanto que o modelo com INSS patronal, Cofins e IPI tem um efeito de 5,01% sobre os preços.

Tabela 7 - Comparativo do impacto de sistema com IPI, INSS patronal e COFINS com um IUF com alíquota equivalente para substituí-los

SETORES	IUF	SISTEMA VIGENTE
	0,833% ¹	(IPI + COFINS + INSS PATRONAL ² (%))
Arroz, trigo e outros cereais	4,45	17,69
Milho em grão	4,58	18,42
Algodão herbáceo, outras fibras da lavoura temporária	4,37	18,23
Cana-de-açúcar	4,62	18,41
Soja em grão	4,43	18,27
Outros produtos e serviços da lavoura temporária	4,30	17,88
Laranja	4,81	18,53
Café em grão	4,50	18,42
Outros produtos da lavoura permanente	4,16	18,14
Bovinos e outros animais vivos, produtos animal, caça e serv.	5,14	19,77
Leite de vaca e de outros animais	5,16	19,76
Suínos	5,22	19,86
Aves e ovos	4,94	19,63
Produtos da exploração florestal e da silvicultura	4,00	17,74
Pesca e aquicultura (peixe, crustáceos e moluscos)	3,79	18,21
Carvão mineral	4,49	19,34
Minerais não-metálicos	4,42	23,92
Petróleo, gás natural e serviços de apoio	3,65	13,02
Minério de ferro	4,30	19,76
Minerais metálicos não-ferrosos	4,66	18,67
Carne de bovinos e outros prod. de carne	4,93	19,36
Carne de suíno	5,52	19,86
Carne de aves	4,99	19,45
Pescado industrializado	4,94	20,58
Leite resfriado, esterilizado e pasteurizado	4,97	19,48
Outros produtos do laticínio	5,27	20,91
Açúcar	5,24	19,79
Conservas de frutas, legumes, outros vegetais e sucos de frutas	4,44	19,03
Óleos e gorduras vegetais e animais	5,05	19,38
Café beneficiado	4,64	19,16
Arroz beneficiado e produtos derivados do arroz	4,17	18,77
Produtos derivados do trigo, mandioca ou milho	4,90	19,34
Rações balanceadas para animais	5,16	22,79
Outros produtos alimentares	4,30	20,78
Bebidas	4,58	40,54
Produtos do fumo	5,02	34,91
Fios e fibras têxteis beneficiadas	4,21	22,59
Tecidos	4,08	24,39
Art. têxteis de uso doméstico e outros têxteis	4,30	27,85
Artigos do vestuário e acessórios	3,49	23,87
Calçados e artefatos de couro	4,16	29,58
Produtos de madeira, exclusive móveis	4,43	26,26
Celulose	4,75	23,33
Papel, papelão, embalagens e artefatos de papel	4,21	26,53
Serviços de impressão e reprodução	3,82	23,71
Combustíveis para aviação	4,51	15,63
Gasóilcool	4,63	17,74
Naftas para petroquímica	5,17	15,52

SETORES	IUF	SISTEMA VIGENTE
	0,833% ¹	IPI + COFINS + INSS PATRONAL ² (%)
Óleo combustível	5,01	17,39
Diesel - biodiesel	4,95	17,66
Outros produtos do refino do petróleo	4,98	17,47
Etanol e outros biocombustíveis	5,30	20,61
Produtos químicos inorgânicos	4,03	17,36
Adubos e fertilizantes	5,08	18,34
Produtos químicos orgânicos	4,00	16,95
Resinas, elastômeros e fibras artif. e sintéticas	3,94	17,76
Defensivos agrícolas e desinfestantes domissanitários	4,56	17,88
Produtos químicos diversos	4,07	24,68
Tintas, vernizes, esmaltes e lacas	4,58	24,33
Perfumaria, sabões e artigos de limpeza	4,08	25,74
Produtos farmacêuticos	3,44	23,25
Artigos de borracha	4,36	26,52
Artigos de plástico	4,21	27,13
Cimento	4,75	24,20
Artefatos de cimento, gesso e semelhantes	4,68	24,16
Vídeos, cerâmicos e outros prod. de minerais não-metálicos	4,59	27,20
Ferro-gusa e ferroligas	4,99	23,02
Semi-acabados, laminados planos, longos e tubos de aço	4,39	23,04
Produtos da metalurgia de metais não-ferrosos	4,32	22,48
Piças fundidas de aço e de metais não ferrosos	4,62	24,78
Produtos de metal, excl. máquinas e equipamentos	4,21	24,84
Componentes eletrônicos	3,59	25,05
Máquinas para escritório e equip. de informática	3,38	32,86
Material eletrônico e equip. de comunicações	3,83	33,50
Equip. de medida, teste e controle, ópticos e eletromédicos	3,68	27,74
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	4,13	26,79
Eletrodomésticos	4,36	30,06
Tratores e outras máquinas agrícolas	4,33	27,26
Máquinas para a extração mineral e a construção	4,51	27,28
Outras máquinas e equipamentos mecânicos	3,74	22,90
Automóveis, camionetas e utilitários	4,83	37,20
Caminhões e ônibus, incl. cabines, carrocerias e reboques	4,89	27,02
Piças e acessórios para veículos automotores	3,99	23,21
Aeronaves, embarcações e outros equipamentos de transporte	3,68	27,36
Móveis	3,91	27,46
Produtos de indústrias diversas	3,59	34,85
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	3,51	20,13
Eleticidade, gás e outras utilidades	4,54	22,48
Água, esgoto, reciclagem e gestão de resíduos	3,16	23,17
Edificações	3,97	22,98
Obras de infra-estrutura	3,81	22,65
Serviços especializados para construção	4,25	23,39
Comércio e reparação de veículos	3,44	21,78
Comércio por atacado e a varejo, exceto veículos automotores	3,79	21,22
Transporte terrestre de carga	4,56	22,88
Transporte terrestre de passageiros	3,64	18,36

SETORES	IUF	SISTEMA VIGENTE
	0,833% ¹	IPI + COFINS + INSS PATRONAL ² (%)
Transporte aquaviário	4,54	19,74
Transporte aéreo	3,47	19,70
Armazenamento e serviços auxiliares aos transportes	3,60	20,41
Correio e outros serviços de entrega	3,43	21,17
Serviços de alojamento em hotéis e similares	3,27	20,25
Serviços de alimentação	3,42	23,79
Livros, jornais e revistas	3,29	21,48
Serviços cinematográficos, música, rádio e televisão	4,28	21,96
Telecomunicações, TV por assinatura e outros serv. Relacionados	3,95	22,09
Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	2,90	20,25
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	3,42	21,24
Aluguel efetivo e serviços imobiliários	2,94	20,35
Aluguel imputado	5,20	22,01
Serviços jurídicos, contabilidade e consultoria	3,31	20,92
Pesquisa e desenvolvimento	3,72	22,03
Serviços de arquitetura e engenharia	3,02	19,40
Publicidade e outros serviços técnicos	4,17	22,06
Aluguéis não-imob. e gestão de ativos de propriedade intelectual	2,52	13,77
Condomínios e serviços para edifícios	2,97	21,13
Outros serviços administrativos	2,93	20,69
Serviços de vigilância, segurança e investigação	2,51	20,22
Serviços coletivos da administração pública	5,04	21,46
Serviços de previdência e assistência social	5,04	21,46
Educação pública	5,01	21,56
Educação privada	3,02	20,78
Saúde pública	5,03	22,14
Saúde privada	3,22	22,52
Serviços de artes, cultura, esporte e recreação	3,33	21,19
Organizações patronais, sindicais e outros serviços associativos	3,84	19,95
Manutenção de computadores, telefones e objetos domésticos	3,58	21,92
Serviços pessoais	3,29	21,49
Serviços domésticos	1,65	16,67
Máximo	5,52	40,54
Mínimo	1,65	13,02
Desvio com relação à ausência de imposto	0,96%	5,01%

1- A alíquota de 0,833% no débito e no crédito gera receita equivalente aos 3 tributos (IPI, INSS patronal e Cofins) a serem substituídos nesta simulação.

2- Apenas 20% sobre a folha de pagamentos no caso do INSS.

BASES PARA UM ENTENDIMENTO NACIONAL

O IUF poderá ser a base para amplo acordo nacional. Não é tarefa fácil acomodar os interesses dos principais grupos sociais envolvidos em uma reforma tributária, como os trabalhadores, os empresários e o governo. Cada grupo visualiza a oportunidade de ampliar seus espaços econômicos, configurando um conflito de interesses impossível de ser superado por uma reforma tributária convencional.

O IUF, ao permitir ganhos a todas as partes envolvidas - setor público, assalariados e empresários - cria condições para o início de um diálogo que já tarda no país. Para o setor público, o IUF permite redução de custos, desburocratização, modernização administrativa, recuperação de receitas. Facilita, enfim, o necessário ajuste fiscal. Para os trabalhadores abre-se espaço para a recomposição salarial mediante a incorporação aos salários, ainda que parcial, das contribuições previdenciárias e das retenções na fonte. E para o empresariado, permite redução de custos, aumento de mercados e recomposição de margens.

Apenas os sonegadores e a economia informal sairão perdendo, o que será um ato de justiça, ainda que tardia.

A CAMPANHA NACIONAL PELO IMPOSTO ÚNICO FEDERAL -IUF

A campanha pela implantação do IUF envolve a conscientização dos diversos atores sociais sobre o nível de impostos praticado no Brasil, as deficiências e assimetrias do atual sistema tributário e as distorções que ele causa.

Em cada Estado, a Campanha Nacional pelo Imposto Único Federal -IUF, será coordenada por Parlamentares engajados nesta proposta revolucionária. Ele poderá informar sobre o andamento da Campanha em todo o Brasil e sobre as vantagens da adoção do IUF.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº 474, DE 2001

(Dep. Marcos Cintra e outros)

Aperfeiçoa o Sistema Tributário Nacional e o financiamento da Seguridade Social, estabelece normas de transição e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Esta proposta de emenda constitucional tem por escopo introduzir, no arcabouço fundamental do sistema tributário nacional, a figura do imposto único federal, incidente sobre movimentações e transações financeiras, sob a dupla forma jurídica de imposto arrecadatório genérico e de contribuição social para o financiamento da seguridade social.

Art. 2º Ficam alteradas as redações do art. 150, III, "b" e § 1º, art. 153, III, e §§ 1º, 2º e 3º, art. 159, I, "a", "b", "c", "d"

e §§ 2º e 3º, art. 195, I, e acrescidos os §§ 8º e 9º ao art. 150, §§ 4º, 9º, 12 e 13, “a”, “b” e “c”, ao art. 195, no texto da Constituição Federal, nos seguintes termos:

“Art. 150.....

.....

III -.....

.....

b-) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a Lei que os instituiu ou aumentou, e antes de decorridos cento e oitenta dias da data da publicação.

.....

§1 º As vedações expressas no inciso III, “b”, não se aplicam aos impostos previstos nos artigos 153, I e II, e 154, II.

.....

§ 8 º As vedações expressas no inciso VI, “b” a “d”, não se aplicam ao imposto previsto no artigo 153, III.

§ 9 º A instituição de outros tributos, além dos discrimi-

nados nesta Constituição, bem como a majoração dos tributos existentes além do limite máximo previsto no art. 153, § 3º, "a", ficam condicionadas à aprovação prévia por referendo, ressalvados os dispositivos constitucionais em contrário.

Art. 153

.....
III - imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira;
.....

§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei complementar, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I e II;

§ 2º O imposto previsto no inciso III será informado pelos critérios da generalidade e da universalidade, podendo ser progressivo, na forma da lei, em função dos somatórios agregados periodicamente, por titular pessoa física, das movimentações ou transmissões a ele sujeitas;

§ 3 º Lei complementar especificará, no que se refere ao imposto previsto no inciso III, bem como à contribuição que o acompanha, referida no art. 195, I :

a) as alíquotas máximas;

b) a forma como, respeitadas as normas de tratados internacionais de livre comércio de que o Brasil seja signatário, serão implementados os princípios da desoneração tributária das exportações de bens e serviços e do idêntico tratamento do produto ou serviço importado ao seu similar nacional;

c) os bens de primeira necessidade cuja venda, no varejo, possa ser beneficiada com desoneração tributária, implementada segundo metodologia idêntica à da hipótese de exportação de que trata a alínea anterior;

d) as movimentações e transações envolvendo aplicações financeiras e mobiliárias, inclusive em ouro como ativo financeiro, submetidas ao princípio do diferimento da tributação, excluídas da incidência desses tributos durante todo o tempo em que os recursos correspondentes não retornarem, dos cir-

cuitos dos mercados financeiros e de capitais, para consumo ou investimento em ativos não financeiros ou mobiliários;

e) o limiar, aproximadamente equivalente ao valor da renda líquida média anteriormente sujeita ao revogado imposto sobre a renda das pessoas físicas, abaixo do qual a incidência desses tributos, sobre os rendimentos do trabalho assalariado, será assumida previamente pelo empregador, mediante adição ao salário líquido pago, creditado ou posto à disposição;

f) as restrições preventivas à evasão tributária, dentre as quais a forma obrigatoriamente nominal e não endossável de toda e qualquer ordem de pagamento ou título de crédito, bem como as sanções eficazes para dissuadir sua burla;

g) as alíquotas acrescidas, incidentes sobre saques e depósitos de numerário junto ao sistema bancário, com o intuito de estimular a prática de transações sujeitas às alíquotas normais;

h) a divisão da incidência entre os débitos e os créditos bancários;

i) as restrições à validade do adimplemento de obrigações jurídicas onerosas, se não for comprovada a liquidação por intermédio de contas correntes à vista, de titularidade dos respectivos intervenientes envolvidos, em instituições do sistema bancário nacional, com a retenção dos tributos devidos;

j) o procedimento unificado de arrecadação simultânea de ambos os tributos, mediante aplicação de alíquota total igual à soma das alíquotas singulares de cada um deles, com repasse direto, imediato e automático, pelas instituições ou órgãos responsáveis pela arrecadação, aos respectivos destinatários, na proporção exata das alíquotas relativas ao imposto e à contribuição social;

k) as salvaguardas impeditivas de que a parcela da arrecadação, prevista na alínea precedente, representativa da contribuição social descrita no art. 195, I, possa ser desviada para empregos alheios à sua finalidade intrínseca, não estando sujeita às vinculações, estranhas à sua natureza, dos arts. 198, § 2º e 212, nem à partilha de que tratam os arts. 158 e 159.

.....

Art. 159

I - do produto da arrecadação do imposto previsto no artigo 153, III, quarenta e quatro por cento na seguinte forma:

a-) vinte por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b-) vinte por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c-) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

d-) um por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

.....

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o disposto no item “d” do inciso I, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do item “d” do inciso I, observados os critérios estabelecidos no art. 158.

.....
Art. 195.

I - sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, acompanhando, mediante aplicação de alíquota adicional, a exigência do imposto previsto no art. 153, III, na forma da lei e respeitados os requisitos de que trata o art. 153, § 3º ;

.....

§ 4º As finalidades de custeio, supridas pela contribuição prevista no inciso I deste artigo, abrangem também, na forma da lei:

a-) o programa do seguro desemprego previsto no artigo 7º, inciso II, e o abono de que trata o § 3º do art. 239;

b-) os gastos projetados, com o ensino fundamental público, anteriormente financiados pela extinta contribuição do salário-educação;

c-) as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

§ 9º A contribuição social prevista no inciso I não será exigida dos segurados que contribuam sob a modalidade prevista no inciso II deste artigo. “

Art. 3º A expressão final “artigos 150, II, 153, III e 153, § 2º, I”, constante nos artigos 27, § 2º, 29, V, 37, XV, 49, VII, 95, III, e 128, § 5º, I, c, fica substituída por “artigo 150, II”.

Art. 4º Ficam revogados os incisos IV a VII e os §§ 4º e 5º

do art. 153, o inciso I do art. 157, os incisos I e II do art. 158, o inciso II e o § 1º do art. 159, o § 7º do art. 195, o § 5º do art. 212 e o art. 240, da Constituição Federal.

Art. 5º Ficam acrescidos, ao texto do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os arts. 84 e 85, nos seguintes termos:

“Art. 84. O imposto previsto no art. 153, III, da Constituição Federal, substitui, para todos os efeitos, desde o termo inicial de sua exigibilidade, a contribuição de que tratam os arts. 74, 75 e 80, I, deste Ato.

Art. 85. Lei complementar disporá sobre a forma como:

I - os fundos, programas e projetos alimentados com recursos, benefícios ou renúncias, decorrentes dos tributos extintos juntamente com a entrada em vigor do imposto e da contribuição previstos, respectivamente, no art. 153, III e 195, I, da Constituição Federal, terão suas fontes de financiamento substituídas ou sofrerão solução de continuidade;

II - serão ajustados e compatibilizados, sem prejuízo para

o interesse público, os direitos e obrigações pendentes, decorrentes das legislações relativas aos tributos extintos, em virtude da nova ordem tributária instaurada com a entrada em vigor dos tributos referidos no inciso anterior deste artigo;

III - será assegurada, a cada ente político beneficiário de partilhas constitucionais de receitas federais, sem interrupção, o fluxo e o volume de recursos não inferiores ao que se tiver verificado no último exercício financeiro anterior ao da entrada em vigor dos tributos referidos no inciso I deste artigo.

Art. 6^º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação e torna-se eficaz, no que se refere à extinção de tributos e à deflagração de novas relações obrigacionais tributárias, no primeiro dia do sétimo mês subsequente.

"A estrutura clássica de impostos, à qual nos aferramos, é uma curiosa relíquia artesanal na era eletrônica"

Roberto Campos

"Imposto justo é o que se consegue cobrar"

Mário Henrique Simonsen

"Não tenho o menor respeito pela sabedoria convencional que entroniza, como indispensável, os impostos clássicos, tais como o sobre a renda e o imposto sobre valor agregado na circulação de mercadorias. São ambos insuportavelmente obsoletos."

Roberto Campos

"Se o Imposto Único de Marcos Cintra carrear para as burras estatais...o mesmo nível de rendas que o tresloucado elenco atual, o que se deve fazer é ...aprová-lo"

Ives Gandra da Silva Martins

"O imposto bom não é o "imposto velho" nem o "imposto clássico". Imposto bom é o imposto insonegável e de cobrança automatizada. Qualquer imposto sonegável, é socialmente injusto. E se a cobrança depende de documentos declaratórios, torna-se um desperdício. A automaticidade e a insonegabilidade são precisamente as características do chamado Imposto Único"

Roberto Campos

"O Imposto Único permite a compatibilização dos objetivos de maximização da base tributária, profunda e inédita simplificação, e virtual erradicação da corrupção fiscal promovendo uma arrecadação mais transparente, eficaz e equânime"

Folha de São Paulo, (Editorial)

"Infelizmente, a metodologia simplificadora do imposto único foi desmoralizada pelo fato de ter o governo por duas vezes—no caso do IPMF (1993) e da CPMF (1996)—aproveitado a "metodologia" automática do imposto sem lhe absorver a "ideologia" simplificadora. Trata-se de um instrumento sofisticado que se tornou grosseiro pelo mau uso, como se um florete de esgrima fosse utilizado para cortar grama"

Roberto Campos

"Abolir o Imposto de Renda, seja sobre a pessoa física, seja sobre a pessoa jurídica, ...há de ser o primeiro passo"

Roberto Mangabeira Unger

"As transações financeiras constituem uma das poucas bases potenciais de arrecadação futura na qual é possível ancorar o aumento da receita pública sem penalizar os setores produtivos e os segmentos sociais..."

Maria da Conceição Tavares

"A circulação financeira é uma base de futuro, já que, além de sua contínua expansão, permite controles eletrônicos, e deverá permitir, portanto, uma menor sonegação do que os atuais impostos"

Maria da Conceição Tavares

"...a Comunidade Econômica Européia está-se voltando para duas ordens de tributos, ou seja, os indiretos, e os sociais, reduzindo paulatinamente os tributos diretos, entre eles o Imposto de Renda"

Ives Gandra da Silva Martins